



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

C
E
F
E
T
-
R
J

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES
DE AUDITORIA INTERNA

PAINT / 2014

SUMÁRIO

• Introdução.....	3
• Mapeamento, Hierarquização e Priorização das Atividades que serão Acompanhadas.....	5
• Classificação da Matriz de Risco (Materialidade, Relevância e Criticidade).....	7
• I – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS.....	9
• II – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA NA ENTIDADE.....	12
• Tabela 1 – Calendário dos Descontos de Dias Úteis em 2014.....	14
• Tabela 2 – Horas Úteis Mensais.....	14
• Tabela 3 – Horas a ser Trabalhadas em 2014.....	15
• Tabela 4 – Acompanhamento Mensal das Ações Previstas – PAINT/2014.....	16
• Anexo 1 – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2014.....	21



Ministério da Educação
 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
 Conselho Diretor
 UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Introdução

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para o exercício de 2014 foi elaborado em conformidade com o estabelecido na Instrução Normativa SFC nº 7, de 29/12/2006, com alteração dada pela Instrução Normativa SFC nº 9, de 14/11/2007 e na Instrução Normativa SFC nº 1, de 3/01/2007.

A Unidade de Auditoria Interna – UAUDI foi criada através da Portaria nº. 07, de 15 de janeiro de 2001, em cumprimento ao Decreto nº. 3.591, de 06/09/2000, que a submete à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Em conformidade com o Estatuto do CEFET/RJ, aprovado pela Portaria/MEC nº. 3.796, de 1/11/2005, a Auditoria Interna é órgão de controle e está vinculada ao Conselho Diretor. Tem por competência estatutária, acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, verificar o desenvolvimento da gestão da Instituição, visando comprovar a legalidade e legitimidade dos atos, examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Instituição e tomada de contas especiais, elaborar o PAINT do exercício seguinte, bem como o RAIN, a serem encaminhados ao Conselho Diretor e a CGU/Regional/RJ.

A estrutura do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca conta com uma unidade sede (Maracanã), um campi (General Canabarro, ligado à unidade sede), 6 unidades de ensino (UnED Nova Iguaçu, UnED Maria da Graça, UnED Petrópolis, UnED Nova Friburgo, UnED Itaguaí e UnED Angra dos Reis) e 1 núcleo avançado em Valença.

O Orçamento da Instituição previsto para o exercício de 2014 é de R\$ 246.754.457,00, conforme programação apresentada no quadro a seguir:

Quadro dos Créditos Orçamentários – Exercício 2014 Recursos de Todas as Fontes R\$1,00

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas	65.789.394
0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	65.789.394
0089 0181 0333	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4659)	
2030	Educação Básica	405.000
2030 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.	405.000

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2030 20RJ 0033	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4660) <i>Produto: Pessoa beneficiada (unidade): 25</i>	
2031	Educação Profissional e Tecnológica	55.564.322
2031 20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	4.275.000
2031 20RG 0033	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4661) <i>Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1</i>	
2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	42.336.764
2031 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4662) <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 12.700</i>	
2031 2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	8.952.558
2031 2994 0033	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4663) <i>Produto: Benefício concedido (unidade): 1.530</i>	
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	124.995.741
2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.229.348
2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4664)	
2109 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	96.236.353
2109 20TP 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4665)	
2109 212B	Outros Benefícios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6.752.221
2109 212B 0033	Outros Benefícios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes – No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4666)	
2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	600.000
2109 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro (Seq: 4667) <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 400</i>	
2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	19.177.819
2109 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional (Seq: 4668)	
Total		246.754.457

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual/PLOA2014 – Volume V

(http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/ploa2014/VolumeV_PLOA2014.pdf)

Mapeamento, Hierarquização e Priorização das Atividades que serão Acompanhadas

1 Mapeamento

Para a realização do mapeamento de atividades, foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria interna. O mapeamento será detalhado juntamente com a hierarquização das atividades, pois não só apresentará os programas, ações e atividades, como também os classificará segundo a materialidade, a relevância e a criticidade.

2 Hierarquização

Para viabilizar a hierarquização de atividades, foi levado em consideração o mapeamento do item anterior, analisando a materialidade, a relevância e a criticidade de cada ação, conforme critérios detalhados a seguir.

Materialidade – É apurada com base no orçamento, ou seja, o percentual é aplicado sobre o orçamento. Logo $X = \text{orçamento}$. A hierarquização pela materialidade se dá da seguinte forma:

Critério da Materialidade				Matriz de Risco
Muito Baixa Materialidade		$X <$	0,1%	1
Baixa Materialidade	0,1%	$< X <$	1%	2
Média Materialidade	1%	$< X <$	10%	3
Alta Materialidade	10%	$< X <$	25%	4
Muito Alta Materialidade		$X >$	25%	5

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, foi atribuído notas de 1 a 5, de acordo com o resultado encontrado, partindo de “muito baixa materialidade” com a nota 1 até “muito alta materialidade” com nota 5.

Relevância – A hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da Instituição; Atividade pertencente ao planejamento estratégico da Instituição; Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos; Atividades que possam comprometer a imagem da Instituição, e Programas prioritários.

Também, para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, foi atribuído notas de 1 a 5, de acordo com a relevância de cada atividade, levando em consideração os aspectos apresentados. Logo, se for relevante nota de 4 ou 5, essencial 2 ou 3 e coadjuvante 1.

Aspectos de Relevância	
Coadjuvante	1
Essencial	2 e 3
Relevante	4 e 5

Criticidade – A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento, Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à Instituição, e Falha conhecida nos controles internos da Instituição.

Também para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, foi atribuído notas de 1 a 5, de acordo com a situação apresentada em cada um dos aspectos apresentados. Logo, após apurados as notas de 1 a 5 de cada aspecto, faz-se uma média das notas para encontrar a criticidade.

Crítérios da Criticidade			
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Quanto maior o intervalo, maior a pontuação	Última auditoria realizada até 12 meses	0
		de 12 a 18 meses	1
		de 18 a 24 meses	2
		de 24 a 30 meses	3
		Acima de 30 meses	4
		Não foi auditada anteriormente	5
Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à Instituição	Quanto maior a descentralização, maior a pontuação	Atividade não descentralizada	1
		Atividade não descentralizada	2
		Atividade não descentralizada	3
		Atividade descentralizada	4
		Atividade descentralizada	5
Falha/falta conhecida nos controles internos da Instituição	Quanto maior a falha, maior a pontuação	Falha de controles internos desconhecidas	0
		Falha de controles internos desconhecidas	1
		Falha de controles internos desconhecidas	2
		Falha de controles internos desconhecidas	3
		Falha de controles internos conhecidas	4
		Falha de controles internos conhecidas	5

3 Priorização

Assim sendo, as atividades foram priorizadas considerando os aspectos de materialidade, relevância e criticidade, onde foi possível elaborar a matriz de risco com a classificação das ações para direcionamento dos trabalhos de auditoria interna, conforme demonstração a seguir, priorizando as ações com resultado da matriz de risco superior a 28 pontos.

Classificação da Matriz de Risco (Materialidade, Relevância e Criticidade)

Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas						
Ação Governamental					Valor (R\$ 1,00)	%
Ação 0089 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					65.789.394	26,66
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Muito alta materialidade	5	Essencial	3	Média dos critérios	2	30
				Última auditoria realizada até 12 meses	0	
				Atividade não descentralizada	1	
				Falhas de controles internos conhecidas	4	

Programa 2030 - Educação Básica						
Ação Governamental					Valor (R\$ 1,00)	%
Ação 2030 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.					405.000	0,16
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Baixa materialidade	2	Relevante	4	Média dos critérios	3	24
				Não foi auditada anteriormente	5	
				Atividade descentralizada	4	
				Falhas de controles internos desconhecidas	0	

Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica						
Ação Governamental					Valor (R\$ 1,00)	%
Ação 2031 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					4.275.000	1,73
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Média materialidade	3	Relevante	4	Média dos critérios	2	24
				Não foi auditada anteriormente	5	
				Atividade não descentralizada	1	
				Falhas de controles internos desconhecidas	0	
Ação Governamental					Valor (R\$ 1,00)	%
Ação 2031 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					42.336.764	17,16
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Alta materialidade	4	Relevante	5	Média dos critérios	3	60
				Última auditoria realizada até 12 meses	0	
				Atividade descentralizada	4	
				Falha de controles internos conhecidas	4	
Ação Governamental					Valor (R\$ 1,00)	%
Ação 2031 2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					8.952.558	3,63
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de

						Risco
Média materialidade	3	Relevante	5	Média dos critérios	3	45
				Última auditoria realizada até 12 meses	0	
				Atividade descentralizada	4	
				Falha de controles internos conhecidas	4	

Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
Ação Governamental				Valor (R\$ 1,00)	%	
Ação 2109 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				2.229.348	0,90	
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Baixa materialidade	2	Essencial	3	Média dos critérios	2	12
				de 24 a 30 meses	3	
				Atividade não descentralizada	1	
				Falha de controles internos desconhecidas	3	
Ação Governamental				Valor (R\$ 1,00)	%	
Ação 2109 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União				96.236.353	39,00	
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Muito alta materialidade	5	Relevante	5	Média dos critérios	2	50
				Última auditoria realizada até 12 meses	0	
				Atividade não descentralizada	2	
				Falhas de controles internos conhecidas	4	
Ação Governamental				Valor (R\$ 1,00)	%	
Ação 2109 212B - Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				6.752.221	2,74	
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Média materialidade	3	Essencial	3	Média dos critérios	2	18
				Última auditoria realizada até 12 meses	0	
				Atividade não descentralizada	1	
				Falhas de controles internos conhecidas	4	
Ação Governamental				Valor (R\$ 1,00)	%	
Ação 2109 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				600.000	0,24	
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Baixa materialidade	2	Essencial	3	Média dos critérios	3	18
				Última auditoria realizada até 12 meses	0	
				Atividade descentralizada	4	
				Falha de controles internos conhecidas	4	
Ação Governamental				Valor (R\$ 1,00)	%	
Ação 2109 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				19.177.819	7,77	
Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de

					Risco	
Média materialidade	3	Essencial	2	Média dos critérios	1	6
				Última auditoria realizada até 12 meses	0	
				Atividade não descentralizada	1	
				Falha de controles internos desconhecidas	3	

I AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS

Das ações de auditoria interna, previstas para ser desenvolvidas no exercício de 2014, cuja programação é apresentada no Anexo 1 deste Plano, sintetiza-se como objetivos globais, o cumprimento da legislação pertinente, a avaliação dos controles internos e a comprovação da legalidade dos processos e dos registros, sendo selecionadas as ações de Controles da Gestão, Gestão Operacional, Gestão Orçamentária, Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços e Reserva Técnica.

Para escolha dos assuntos e escopos presentes em cada ação, foram consideradas as demandas estabelecidas para a auditoria interna em normativos e no estatuto institucional, bem como os registros das constatações e os riscos verificados nos trabalhos já realizados pela Unidade de Auditoria Interna e os Órgãos de Controle.

Quadro 1 - Pessoal lotado na Unidade de Auditoria Interna

Servidor	Cargo	Função	Atividade	Período de Férias
Elizabeth Gonçalves da Costa	Contador	Chefe da UAUDI, designada através da Portaria do Diretor-Geral de nº 360, de 05/05/2010.	Elaborar o PAINTE e RAINTE, desenvolver as ações de desenvolvimento institucional para fortalecimento das atividades de auditoria interna na Instituição, executar ações de auditoria interna previstas no PAINTE, elaborar os Relatórios de Auditoria e exercer outras atribuições e responsabilidades inerentes à função de chefe da UAUDI.	06 a 15/01/2014 10 a 19/03/2014 15 a 24/12/2014
Thayanne Antão Viegas	Auxiliar em Administração		Prestar serviços de digitação, auxiliar nos serviços de organização e manutenção dos arquivos e instrumentos utilizados nos trabalhos de auditoria, executar atividades de apoio administrativo e outras atribuições afins.	22 a 31/01/2014 04 a 13/02/2014 22 a 31/07/2014

**Quadro 2 – Sumário das Ações de Auditoria Interna Previstas/Homem-Hora
(servidor executor: Elizabeth Gonçalves da Costa)**

Ação de Auditoria Interna	Total de Horas
1 – Controles da Gestão	256h
01.01 – Controles Externos	128h
01.01.01 – Atuação do TCU	64h
01.01.02 – Atuação da CGU	64h
01.02 – Controles Internos	128h
01.02.01 – Formalização do Processo de Prestação de Contas Anual	128h
02 – Gestão Operacional	120h
02.01 – Avaliação de Resultados	64h
02.01.01 – Resultados da Missão Institucional	64h
02.02 – Indicadores de Desempenho	56h
02.02.01 – Avaliação dos Indicadores de Desempenho	56h
03 – Gestão Orçamentária	40h
03.01 – Análise da Execução de Despesas	40h
03.01.01 – Execução das Despesas Correntes e de Capital	40h
04 – Gestão Financeira	80h
04.01 – Recursos Disponíveis	80h
04.01.01 - Indenizações	64h
04.01.02 – Cartão Corporativo	16h
05 – Gestão Patrimonial	128h
05.01 – Inventários Físicos e Financeiros	32h
05.01.01 – Existências Físicas	32h
05.02 – Meios de Transporte	24h
05.02.01 – Conservação e Utilização de Meios de Transporte	24h
05.03 – Bens Móveis e Equipamentos	40h
05.03.01 – Baixas de Bens Móveis e Equipamentos	8h
05.03.02 – Conservação e Utilização de Bens Móveis e Equipamentos	32h
05.04 – Bens Imobiliários	32h
05.04.01 – Avaliação de Bens Imobiliários	32h
06 – Gestão de Recursos Humanos	384h
06.01 - Movimentação	136h

Ação de Auditoria Interna	Total de Horas
06.01.01 - Provimentos	16h
06.01.02 - Vacâncias	16h
06.01.03 – Licenças e Afastamentos	48h
06.01.04 – Movimentação entre Órgãos/Entidades	16h
06.01.05 – Bolsas e Auxílios a Estudantes	40h
06.02 – Remuneração, Benefícios e Vantagens	160h
06.02.01 – Vencimentos e Remuneração	64h
06.02.02 – Controle de Férias	16h
06.02.03 - Gratificações	24h
06.02.04 - Adicionais	24h
06.02.05 – Benefícios Assistenciais e Pecuniários	32h
06.03 – Seguridade Social	88h
06.03.01 - Aposentadorias	32h
06.03.02 - Pensão	32h
06.03.03 – Auxílios e Licenças Securitários	24h
07 – Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços	312h
07.01 – Processos Licitatórios	112h
07.01.01 – Formalização Legal	112h
07.02 – Contratos de Obras, Compras e Serviços	64h
07.02.01 – Formalização Legal	64h
07.03 – Gerenciamento de Estoque	96h
07.03.01 – Compras sem Processo Licitatório	96h
07.04 – Convênios de Obras e Serviços	40h
07.04.01 – Formalização Legal	40h
08 – Reserva Técnica	184h
08.01 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT	80h
08.01.01 – Elaboração do PAINT para o exercício de 2015	80h
08.02 – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT	104h
08.02.01 – Elaboração do RAINT do exercício de 2014	104h
Total de H/H	1/1.504h

II AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA NA ENTIDADE

(servidor executor: Elizabeth Gonçalves da Costa)

Ação de Desenvolvimento Institucional e Capacitação	Origem da Demanda	Justificativa	Cronograma	Local de Realização	Nº Horas dos Recursos Humanos
Participação no FONAI/MEC	MEC/ Interna	Promover a participação dos técnicos envolvidos nos trabalhos de auditoria interna, visando obter treinamento de assuntos da área e a integração para troca de conhecimentos junto aos outros auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC.	Maio/2014 – Período a ser confirmado pela Coordenação do FONAI	Local a ser divulgado pela Coord. do FONAI.	40 h
			Novembro/2014 – Período a ser confirmado pela Coordenação do FONAI	Local a ser divulgado pela Coord. do FONAI.	40 h
Participação no Programa CAPACITA/CGU	Interna	Promover a participação dos técnicos envolvidos nos trabalhos de auditoria interna nos eventos promovidos pelo programa CAPACITA que tem como objetivo: fortalecer o controle preventivo; valorizar as iniciativas de interação com os gestores públicos federais, por meio da oferta contínua de orientações e capacitações de acordo com as necessidades e temas de interesse da Administração Pública, que sejam relacionados a área de atuação do Controle Interno, e promover a melhoria da gestão dos recursos públicos.	Outubro/2014 - Período a ser confirmado pela Controladoria Geral da União – Regional/RJ	Local a ser divulgado pela CGU – Regional/RJ	16 h

Ação de Desenvolvimento Institucional e Capacitação	Origem da Demanda	Justificativa	Cronograma	Local de Realização	Nº Horas dos Recursos Humanos
Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna	Interna	Desenvolver os programas de auditoria, atualizar os papéis de trabalho e revisar a legislação utilizada na realização dos trabalhos.	02/01 a 14/02/2014	Unidade de Auditoria Interna	184 h
Total de H/H					1/280h

Considerações Finais

O PAINT ora apresentado contempla o período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, e considerando as férias, feriados e pontos facultativos, corresponde a um total de 1.784 horas disponíveis para 1 servidor que executará a programação.

No cronograma previsto no presente plano, com as horas destinadas a cada ação, está incluso o tempo necessário para as etapas de planejamento e para a elaboração dos Relatórios de Auditoria com os resultados dos trabalhos realizados, que serão emitidos nos meses de maio, agosto e novembro, e encaminhados para conhecimento ao Conselho Diretor, aos Gestores Responsáveis e a Controladoria Geral da União – Regional/RJ.

Espera-se com a elaboração deste Plano, que os trabalhos sejam realizados de acordo com o que está sendo planejado, a fim de que os resultados aconteçam conforme o esperado, mas ao longo do exercício, o cronograma de execução poderá sofrer alterações em função de alguns fatores externos não programados, tais como, trabalhos especiais em atendimento ao Tribunal de Contas da União – TCU, a Controladoria-Geral da União – CGU, a Direção Geral do CEFET/RJ e participação em programas de capacitação.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos a respeito deste Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2014, cuja programação apresentada nos itens I e II, atende ao constante na Instrução Normativa SFC nº 01, de 3/01/2007.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2013.

ELIZABETH GONÇALVES DA COSTA
Chefe da Unidade de Auditoria Interna

Tabela 1 – Calendário dos Descontos de Dias Úteis em 2014

Data	Dia da Semana	Feriado/Ponto Facultativo/Recesso
01/01/2014 20/01/2014	Quarta-Feira Segunda-Feira	Confraternização Universal Dia de São Sebastião
03/03/2014 04/03/2014 05/03/2014	Segunda-Feira Terça-Feira Quarta-Feira	Carnaval Carnaval Cinzas
18/04/2014 21/04/2014 23/04/2014	Sexta-Feira Segunda-Feira Quarta-Feira	Paixão de Cristo Tiradentes Dia de São Jorge
01/05/2014	Quinta-Feira	Dia Mundial do Trabalho
19/06/2014	Quinta-Feira	Corpus Christi
28/10/2014	Terça-Feira	Dia do Servidor Público
20/11/2014	Quinta-Feira	Dia da Consciência Negra
24/12/2014 25/12/2014 31/12/2014	Quarta-Feira Quinta-Feira Quarta-Feira	Véspera de Natal Natal Véspera de Ano Novo

Tabela 2 – Horas Úteis Mensais

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
DIAS	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	365
FÉRIAS													
Dias Úteis	8	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	7	23
DESCONTOS													
Dias Úteis	2	0	3	3	1	1	0	0	0	1	1	3	15
SÁBADOS	4	4	5	4	5	4	4	5	4	4	5	4	52
DOMINGOS	4	4	5	4	4	5	4	5	4	4	5	4	52
DIAS ÚTEIS	13	20	10	19	21	20	23	21	22	22	19	13	224
Hrs Úteis/Dia	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Hrs Úteis/Mês	104	160	80	152	168	160	184	168	176	176	152	104	1.784

Tabela 3 – Horas a ser Trabalhada em 2014

NOME DO SERVIDOR	MÊS	QUANTIDADE Com Descontos de Dias Úteis	CONTROLE DE FÉRIAS			SALDO
			PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS ÚTEIS	DIAS ÚTEIS (EM H)	
Elizabeth Gonçalves da Costa	JANEIRO	168	6 a 15	8	64	104
	FEVEREIRO	160			0	160
	MARÇO	144	10 a 19	8	64	80
	ABRIL	152			0	152
	MAIO	168			0	168
	JUNHO	160			0	160
	JULHO	184			0	184
	AGOSTO	168			0	168
	SETEMBRO	176			0	176
	OUTUBRO	176			0	176
	NOVEMBRO	152			0	152
	DEZEMBRO	160	15 a 24	7	56	104
TOTAL		1968		23	184	1784

MÊS	DIAS ÚTEIS	HORAS POR DIA	QUANTIDADE DE HORAS / SERVIDOR
JANEIRO	13	8	104
FEVEREIRO	20	8	160
MARÇO	10	8	80
ABRIL	19	8	152
MAIO	21	8	168
JUNHO	20	8	160
JULHO	23	8	184
AGOSTO	21	8	168
SETEMBRO	22	8	176
OUTUBRO	22	8	176
NOVEMBRO	19	8	152
DEZEMBRO	13	8	104
TOTAL	223	8	1784

Tabela 4 – Acompanhamento Mensal das Ações Previstas - PAINT/2014

JANEIRO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
Não se Aplica	Ação de Desenvolvimento Institucional e Capacitação - Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna	02/01 a 31/01	104
SOMA			104
Total de horas úteis JANEIRO			104
DIFERENÇA			0

FEVEREIRO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
Não se Aplica	Ação de Desenvolvimento Institucional e Capacitação - Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna	03/02 a 14/02	80
01/2014	01 Controles da Gestão - 01.02 - Controles Internos - 01.02.01 Formalização do Processo de Prestação de Contas Anual	17/02 a 24/02	48
02/2014	01 Controles da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.01 Atuação do TCU	25/02 a 26/02	16
03/2014	01 Controles da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.02 Atuação da CGU	27/02 a 28/02	16
SOMA			160
Total de horas úteis FEVEREIRO			160
DIFERENÇA			0

MARÇO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
04/2014	01 Controles da Gestão - 01.02 - Controles Internos - 01.02.01 Formalização do Processo de Prestação de Contas Anual	03/03 a 31/03	80
SOMA			80
Total de horas úteis MARÇO			80
DIFERENÇA			0

ABRIL			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
05/2014	02 Gestão Operacional - 02.01 Avaliação de Resultados - 02.01.01 Resultados da Missão Institucional	01/04 a 10/04	64
06/2014	02 Gestão Operacional - 02.02 Indicadores de Desempenho - 02.02.01 Avaliação dos Indicadores de Desempenho	11/04 a 24/04	56

07/2014	01 Controles da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.01 - Atuação do TCU	25/04 a 28/04	16
08/2014	01 Controles da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.02 - Atuação do CGU	29/04 a 30/04	16
SOMA			152
Total de horas úteis ABRIL			152
DIFERENÇA			0

MAIO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
09/2014	05 Gestão Patrimonial - 05.03 Bens Móveis e Equipamentos - 05.03.01 Baixas de Bens Móveis e Equipamentos	02/05 a 02/05	8
Não se Aplica	Ação de Desenvolvimento Institucional e Capacitação - Capacitação	05/05 a 09/05	40
10/2014	05 Gestão Patrimonial - 05.01 Inventários Físicos e Financeiros - 05.01.01 Existências Físicas	12/05 a 15/05	32
11/2014	05 Gestão Patrimonial - 05.03 Bens Móveis e Equipamentos - 05.03.02 Conservação e Utilização de Bens Móveis e Equipamentos	16/05 a 21/05	32
12/2014	05 Gestão Patrimonial - 05.02 Meios de Transportes - 05.02.01 Conservação e Utilização de Meios de Transportes	22/05 a 26/05	24
13/2014	05 Gestão Patrimonial - 05.04 Bens Imobiliários - 05.04.01 - Avaliação de Bens Imobiliários	27/05 a 30/05	32
SOMA			168
Total de horas úteis MAIO			168
DIFERENÇA			0

JUNHO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
14/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.01 Movimentação - 06.01.01 Provimentos	02/06 a 03/06	16
15/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.01 Movimentação - 06.01.02 Vacâncias	04/06 a 05/06	16
16/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.01 Movimentação - 06.01.03 Licenças e Afastamentos	06/06 a 13/06	48
17/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.01 Movimentação - 06.01.04 Movimentação entre Órgãos/Entidades	16/06 a 17/06	16
18/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens - 06.02.01 Vencimentos e Remuneração	18/06 a 30/06	64
SOMA			160
Total de horas úteis JUNHO			160

DIFERENÇA	0
------------------	----------

JULHO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
19/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens - 06.02.02 Controle de Férias	01/07 a 02/07	16
20/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens - 06.02.03 Gratificações	03/07 a 07/07	24
21/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens - 06.02.04 Adicionais	08/07 a 10/07	24
22/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens - 06.02.05 Benefícios Assistenciais e Pecuniários	11/07 a 16/07	32
23/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.03 Seguridade Social - 06.03.01 Aposentadorias	17/07 a 22/07	32
24/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.03 Seguridade Social - 06.03.02 Pensão	23/07 a 28/07	32
25/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.03 Seguridade Social - 06.03.03 Auxílios e Licenças Securitários	29/07 a 31/07	24
SOMA			184
Total de horas úteis JULHO			184
DIFERENÇA			0

AGOSTO			
Programa de Auditoria	Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Período de Execução	
		Dias	h/h
26/2014	06 Gestão de Recursos Humanos - 06.01 Movimentação - 06.01.05 Bolsas e Auxílios a Estudantes	01/08 a 07/08	40
27/2014	07 Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços - 07.03 Gerenciamento de Estoque -07.03.01 Compras sem Processo Licitatório	08/08 a 25/08	96
28/2014	01 Controle da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.01 Atuação do TCU	26/08 a 27/08	16
29/2014	01 Controle da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.02 Atuação da CGU	28/08 a 29/08	16
SOMA			168
Total de horas úteis AGOSTO			168
DIFERENÇA			0

SETEMBRO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h

30/2014	07 Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços - 07.02 Contratos de Obras, Compras e Serviços - 07.02.01 Formalização Legal	01/09 a 10/09	64
31/2014	07 Gestão de Suprimento de Bens/Serviços - 07.01 Processos Licitatórios - 07.01.01 Formalização Legal	11/09 a 30/09	112
SOMA			176
Total de horas úteis SETEMBRO			176
DIFERENÇA			0

OUTUBRO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
Não se Aplica	08 Reserva Técnica - 08.01 Plano Anual de Atividades de Auditorias Interna - PAINT - 08.01.01 Elaboração do PAINT para o exercício de 2015	01/10 a 14/10	80
Não se Aplica	Ação de Desenvolvimento Institucional e Capacitação - Capacitação	15/11 a 16/11	16
32/2014	04 Gestão Financeira - 04.01 Recursos Disponíveis - 04.01.01 Indenizações	17/10 a 29/10	64
33/2014	04 Gestão Financeira - 04.01 Recursos Disponíveis - 04.01.02 Cartão Corporativo	30/10 a 31/10	16
SOMA			176
Total de horas úteis OUTUBRO			176
DIFERENÇA			0

NOVEMBRO			
Programa de Auditoria	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução	
		Dias	h/h
Não se Aplica	Ação de Desenvolvimento Institucional e Capacitação - Capacitação	03/11 a 07/11	40
34/2014	07 Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços - 07.04 Convênios de Obras e Serviços - 07.04.01 Formalização Legal	10/11 a 14/11	40
35/2014	03 Gestão Orçamentária - 03.01 Análise da Execução de Despesas - 03.01.01 Execução das Despesas Correntes e de Capital	17/11 a 24/11	40
36/2014	01 Controles da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.01 Atuação do TCU	25/11 a 26/11	16
37/2014	01 Controles da Gestão - 01.01 Controles Externos - 01.01.02 Atuação da CGU	27/11 a 28/11	16
SOMA			152
Total de horas úteis NOVEMBRO			152
DIFERENÇA			0

DEZEMBRO		
Programa	AÇÃO/SUBAÇÃO/ASSUNTO	Período de Execução

de Auditoria		Dias	h/h
Não se Aplica	08 Reserva Técnica - 08.02 Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna -RAINT - 08.02.01 Elaboração do RAIN T do exercício de 2014	01/12 a 30/12	104
SOMA			104
Total de horas úteis DEZEMBRO			104
DIFERENÇA			0

SOMA TOTAL			1.784
Total de horas úteis no ano 2014			1.784
DIFERENÇA			0

h/h = N° dias úteis x qtd. horas diárias x qtd. pessoas envolvidas

Anexo 1 – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA - PAINT2014

01 – Controles da Gestão

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
01.01 – Controles Externos									
01.01.01 – Atuação do TCU	- Risco da ausência de atendimento pelo setor competente das recomendações e determinações dos Órgãos de Controle e de reincidência das ocorrências. - Sendo relevante para o CEFET/RJ no sentido de se evitar ressalvas e certificação por irregularidades nas contas julgadas pelos Órgãos de Controles.	Órgãos de Controle	- Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram determinações ou recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pela Instituição para sua regularização. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com o efetivo acompanhamento, solicitando aos setores envolvidos as providências adotadas. - Se espera o cumprimento de todas as recomendações e determinações do TCU.	- Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU nos períodos de novembro/2013 a janeiro/2014, fevereiro a abril/2014, maio a julho/2014 e agosto a outubro/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.	25/02	26/02	Direção-Geral	1h/16h	Acórdãos e Decisões do TCU
					25/04	28/04	Diretorias Sistêmicas	1h/16h	
					26/08	27/08	Diretorias de Unidades de Ensino	1h/16h	
					25/11	26/11		1h/16h	

01 – Controles da Gestão

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
01.01 – Controles Externos									
01.01.02 – Atuação da CGU	<p>- Risco da ausência de atendimento pelo setor competente das recomendações dos Órgãos de Controle e de reincidência das ocorrências.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ no sentido de se evitar ressalvas e certificação por irregularidades nas contas julgadas pelos Órgãos de Controles.</p>	Órgãos de Controle	<p>- Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pela Instituição para sua regularização. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com o efetivo acompanhamento, solicitando aos setores envolvidos as providências adotadas.</p> <p>- Se espera o cumprimento de todas as recomendações da CGU.</p>	<p>- Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU nos períodos de novembro/2013 a janeiro/2014, fevereiro a abril/2014, maio a julho/2014 e agosto a outubro/2014, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.</p>	27/02	28/02	Direção-Geral	1h/16h	Relatórios de Auditoria e Notas de Auditoria da CGU
				29/04	30/04	Diretorias Sistêmicas	1h/16h		
				28/08	29/08		1h/16h		
				27/11	28/11	Diretorias de Unidades de Ensino	1h/16h		

01 – Controles da Gestão

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
01.02 – Controles Internos									
01.02.01 – Formalização do Processo de Prestação de Contas Anual	<p>- Risco de não cumprimento das normas de organização e apresentação do Relatório de Gestão, conforme estabelecido na legislação pertinente.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ para se evitar o não cumprimento de apresentar o Relatório de Gestão em conformidade com a legislação, sob pena de responsabilidade aplicada pelos Órgãos de Controle.</p>	Órgãos de Controle	<p>- Auxiliar as áreas responsáveis na elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2013 da Instituição, em conformidade com os normativos e orientações do TCU.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a agilidade de acesso as informações presentes no Relatório, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera a entrega do Relatório de Gestão dentro do prazo estabelecido, estando sua formalização de acordo com os Normativos do TCU.</p>	- Verificação de 100% do Conteúdo do Relatório de Gestão do exercício de 2013, avaliando se as informações estão em conformidade com as IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 127/2013 e PORT/TCU 175/2013.	17/02 03/03	24/02 31/03	Unidade de Auditoria Interna	1h/48h 1h/80h	<p>IN/TCU nº 63/2010,</p> <p>DN/TCU nº 127/2013 e</p> <p>Portaria TCU nº 175/2013.</p>

02 – Gestão Operacional

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
02.01 – Avaliação de Resultados									
02.01.01 – Resultados da Missão Institucional	<p>- Risco de falta de acompanhamento e aferição dos Resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ no sentido de propiciar qualidade, confiabilidade e tempestividade na avaliação dos resultados, de modo a assegurar a revisão das decisões administrativas da Instituição.</p>	IN SFC nº 01/2001 e Interna com base no Estatuto do CEFET/RJ	<p>- Verificar se as metas em relação à missão Institucional estão sendo cumpridas, a fim de evidenciar a real execução das atividades–fim da Instituição, visando à melhoria contínua de procedimentos operacionais para alcançar o bem comum público. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a observância da regularidade da execução orçamentária em relação ao planejamento institucional, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional.</p>	- Verificação do cumprimento da missão institucional, avaliando 100% das metas das atividades-fim previstas e realizadas no exercício de 2013.	01/04	10/04	Unidade de Auditoria Interna	1h/64h	<p>Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI</p> <p>Projeto Pedagógico Institucional – PPI</p> <p>Relatório de Gestão/2013</p> <p>Programação Orçamentária da Instituição/ 2013</p> <p>SIAFI e SIMEC</p>

02 – Gestão Operacional

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
02.02 – Indicadores de Desempenho									
02.02.01 – Avaliação dos Indicadores de Desempenho	<p>- Risco de falta de acompanhamento e aferição dos indicadores de desempenho.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ no sentido de propiciar qualidade, confiabilidade e tempestividade das avaliações, de modo a assegurar a revisão das decisões administrativas da Instituição.</p>	<p>Interna com base no Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário, com alterações do Acórdão TCU nº 600/2006 – Plenário</p>	<p>- Verificar a fidedignidade dos indicadores de desempenho do CEFET/RJ apresentados no Relatório de Gestão, de acordo com a legislação vigente. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a agilidade de acesso as informações dos indicadores, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera que os números apresentados pelos indicadores sejam fidedignos e estejam contribuindo para avaliação e melhoria dos resultados institucionais.</p>	<p>- Verificação da fidedignidade de 20% dos Indicadores de desempenho nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário, com alterações do Acórdão TCU nº 600/2006 – Plenário apresentados no Relatório de Gestão/2013, avaliando a consistência dos dados dos seguintes indicadores: relação ingressos/aluno e relação concluintes/aluno.</p>	11/04	24/04	Unidade de Auditoria Interna	1h/56h	<p>IN/TCU nº 63/2010,</p> <p>DN/TCU nº 127/2013 e</p> <p>Portaria TCU nº 175/2013.</p> <p>Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário, com alterações do Acórdão TCU nº 600/2006 – Plenário</p>

03 – Gestão Orçamentária

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
03.01 – Análise da Execução de Despesas (Ação Orçamentária: 2031 20RL)									
03.01.01 – Execução das Despesas Correntes e de Capital	<p>- Risco na execução de despesas em desacordo com os limites e destinações estabelecidos na legislação.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ no sentido de melhorar os controles na execução das despesas previstas na programação orçamentária.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Avaliar a conformidade da execução das despesas com os limites e destinações estabelecidas na legislação.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da programação orçamentária de acordo com o estabelecido na legislação.</p>	- Verificação de 2% da execução das despesas correntes e de capital, de maiores volumes de recursos, ocorridas no período de julho a agosto/2014, verificando se os pagamentos efetuados com o fornecimento de bens e prestação de serviços estão de acordo com o fixado na Lei Orçamentária Anual – LOA.	17/11	24/11	Unidade de Auditoria Interna	1h/40h	<p>Lei Orçamentária Anual</p> <p>SIAFI</p> <p>Lei nº 4320/1964</p> <p>Lei nº 8666/1993 e demais legislações pertinentes ao assunto</p>

04 – Gestão Financeira

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
04.01 – Recursos Disponíveis (Ação Orçamentária: 2031 20RL)									
04.01.01 – Indenizações	<p>- Risco de concessões e pagamentos de diárias e passagens indevidas, e irregularidade nas prestações de contas.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, visando evitar uma gestão financeira ineficaz quanto a concessões e pagamentos de diárias e viagens.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar se as utilizações das respectivas indenizações foram para uso em objeto de serviço e a obediência à legislação pertinente. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento dos aspectos formais e legais nas concessões, e regularidade nas prestações de contas.</p>	- Verificação da regularidade na formalização de 5% das concessões e prestações de contas de diárias e passagens registradas no SCDP, das viagens nacionais encerradas, com maiores volumes de recursos, ocorridas no período de janeiro a agosto/2014.	17/10	29/10	Unidade de Auditoria Interna	1h/64h	<p>Decreto nº 71733/1973</p> <p>Decreto nº 5992/2006</p> <p>Decreto nº 3643/2000</p> <p>Decreto nº 6907/2009</p> <p>Portaria MPOG nº 505/2009,</p> <p>Portaria MPOG nº 505/2010</p> <p>Decreto nº 7689/2012</p> <p>SIAFI e SCDP</p>

04 – Gestão Financeira

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
04.01 – Recursos Disponíveis (Ação Orçamentária: 2031 20RL)									
04.01.02 – Cartão Corporativo	<p>- Risco da utilização indevida dos recursos fugindo da finalidade para qual foi criado.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, visando evitar uma gestão financeira ineficaz quanto à utilização do cartão corporativo.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a legalidade na utilização dos recursos destinados a pagamentos de pequenas despesas de pronto pagamento. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento dos aspectos formais e legais na utilização do cartão e regularidade nas prestações de contas.</p>	<p>- Verificação de 10% do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal/CPGF, ocorridas no período de janeiro a agosto/2014, avaliando os seguintes aspectos:</p> <p>a) conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamentos com a disposição dos Decretos n°s 5.355/2005 e 6.370/2008; e</p> <p>b) adequabilidade da estrutura de controles internos administrativo para garantir o regular uso dos cartões de pagamentos.</p>	30/10	31/10	Unidade de Auditoria Interna	1h/16h	<p>Decreto n° 5355/2005</p> <p>Decreto n° 6370/2008</p> <p>Manual/CGU sobre Suprimentos de Bens e Cartão de Pagamento</p> <p>SIAFI</p>

05 – Gestão Patrimonial

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
05.01 – Inventários Físicos e Financeiros									
05.01.01 – Existências Físicas	<p>- Risco de ineficiência nos controles sobre os bens móveis e equipamentos e documentação desatualizada.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, visando evitar uma gestão patrimonial ineficaz quanto aos controles dos bens pertencentes ao acervo da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Identificar se o Inventário Físico expressa efetiva existência e a confiabilidade dos instrumentos de controle patrimonial. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera a eficiência nos controles internos, a atualização dos registros e a regularidade dos bens existentes na Instituição.</p>	<p>- Verificação da regularidade dos bens móveis localizados na unidade-sede Maracanã, avaliando a existência com os registros e documentação comprobatória dos bens utilizados para realização da atividade-fim, envolvendo 10% dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com elevados números de discentes matriculados em 2014.</p>	12/05	15/05	Laboratórios da Unidade Maracanã	1h/32h	<p>Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/1988</p> <p>Decreto nº 99658/1990</p> <p>e demais legislações pertinentes ao assunto</p>

05 – Gestão Patrimonial

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
05.02 – Meios de Transporte (Ação Orçamentária: 2031 20RL)									
05.02.01– Conservação e Utilização de Meios de Transporte	<p>- Risco de ineficiência no controle da frota de veículos, e de guarda em local inapropriado.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, visando evitar uma gestão patrimonial ineficaz quanto aos procedimentos utilizados na conservação e utilização da frota de veículos da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a legalidade no gerenciamento da conservação e utilização de meios de transporte utilizados pela Instituição.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera a eficiência nos controles internos, e que a frota da Instituição esteja bem resguardada, em bom estado de conservação e sendo bem utilizada, com a finalidade de melhor atender as atividades desenvolvidas na Instituição.</p>	Verificação da regularidade de 30% dos veículos mais antigos da frota utilizados nas atividades do CEFET/RJ, no período de janeiro a março de 2014, avaliando os controles e procedimentos adotados para conservação e utilização.	22/05	26/05	Unidade de Auditoria Interna	1h/24h	<p>Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/1988</p> <p>Decreto nº 99658/1990</p> <p>Instrução Normativa nº 3/2008</p> <p>e demais legislações pertinentes ao assunto</p>

05 – Gestão Patrimonial

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
05.03 – Bens Móveis e Equipamentos									
05.03.01 – Baixas de Bens Móveis e Equipamentos	<p>- Risco de irregularidade na formalização dos processos, com baixas indevidas de bens móveis e equipamentos.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão patrimonial ineficaz quanto aos procedimentos de alienação/ desfazimento de bens móveis e equipamentos pertencentes à Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a legalidade no gerenciamento das baixas de bens móveis e equipamentos da Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, eficiência nos controles internos e que as baixas não comprometem as atividades desenvolvidas na Instituição.</p>	- Verificação da regularidade das baixas de bens móveis do patrimônio do CEFET/RJ, avaliando a formalização de 30% dos processos pertinentes ao período de janeiro a março de 2014.	02/05	02/05	Unidade de Auditoria Interna	1h/8h	<p>Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/1988</p> <p>Decreto nº 99658/1990</p> <p>e demais legislações pertinentes ao assunto</p>

05 – Gestão Patrimonial

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
05.03 – Bens Móveis e Equipamentos									
05.03.02 – Conservação e Utilização de Bens Móveis e Equipamentos	<p>- Risco de ineficiência no controle dos bens móveis e equipamentos, e de guarda em local inapropriado.</p> <p>-- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão patrimonial ineficaz quanto aos procedimentos utilizados na conservação e utilização dos bens móveis e equipamentos da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a legalidade no gerenciamento da conservação e utilização de bens móveis e equipamentos da Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera a eficiência nos controles internos, e que os bens da Instituição estejam bem resguardados, em bom estado de conservação e sendo bem utilizados, com a finalidade de melhor atender as atividades desenvolvidas na Instituição.</p>	- Verificação da regularidade dos bens móveis localizados na unidade-sede Maracanã, avaliando o estado de conservação e os controles e procedimentos para utilização dos bens que são utilizados para realização da atividade-fim, envolvendo 10% dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com elevados números de discentes matriculados em 2014.	16/05	21/05	Laboratórios da Unidade Maracanã	1h/32h	<p>Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/1988</p> <p>Decreto nº 99658/1990</p> <p>e demais legislações pertinentes ao assunto</p>

05 – Gestão Patrimonial

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
05.04 – Bens Imobiliários									
05.04.01 – Avaliação de Bens Imobiliários	<p>- Risco de ineficiência no gerenciamento e fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre os Bens de Uso Especial sob responsabilidade da Instituição.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, visando evitar uma gestão patrimonial ineficaz quanto aos procedimentos para gerenciamento da conservação e controle dos Bens de Uso Especial</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a eficiência no gerenciamento do patrimônio imobiliário de responsabilidade do CEFET/RJ, classificado como Bens de Uso Especial, de propriedade da União, quanto ao estado de conservação e atualização das informações no SPIUnet.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera a eficiência nos controles internos,</p>	<p>- Verificação da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade do CEFET/RJ, classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União, avaliando os seguintes aspectos:</p> <p>a) suficiência da estrutura de pessoal da UJ para gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade, da União, próprios;</p> <p>b) existência ou não de estrutura tecnológica para gerir os imóveis;</p> <p>c) correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema</p>	27/05	30/05	Unidade de Auditoria Interna	1h/32h	<p>Lei nº 9636/1998</p> <p>SIPUnet</p> <p>SIAFI</p> <p>e demais legislações pertinentes ao assunto</p>

	sob sua responsabilidade.		que os bens imobiliários da Instituição estejam bem geridos, em bom estado de conservação, com a finalidade de melhor atender as atividades desenvolvidas na Instituição.	de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, quando de uso obrigatório pela UJ, e d) existência de segregação contábil suficientemente analítica para a distinção dos registros relativos à despesas com manutenção dos imóveis próprios e da União.					
--	------------------------------	--	---	---	--	--	--	--	--

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.01 – Movimentação									
06.01.01 – Provimientos	<p>- Riscos de irregularidade na formalização dos processos e não cadastramento dos atos no SISAC, ocasionando contratações indevidas de pessoal e sanções dos órgãos de controle.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos quanto aos procedimentos no processo seletivo da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Constatar a legalidade dos provimentos ocorridos na Instituição, na modalidade de contratação por tempo determinado, comprovando terem sido as contratações de pessoal, realizadas de acordo com a legislação vigente.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade dos provimentos ocorridos no CEFET/RJ, avaliando 10% dos processos formalizados pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014, avaliando se houve o cumprimento do prazo para registro no SISAC dos atos.	02/06	03/06	Unidade de Auditoria Interna	1h/16h	<p>Lei nº 8112/1990 e demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAPE</p> <p>SISAC</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.01 – Movimentação									
06.01.02 – Vacâncias	<p>- Riscos de irregularidade na formalização dos processos, ocasionando desligamentos indevidos de servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos quanto aos procedimentos de desligamento do quadro de servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a observância das exigências legais nos processos de desligamento de pessoal do quadro de servidores da Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade das vacâncias ocorridas no CEFET/RJ, avaliando a formalização de 30% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.	04/06	05/06	Unidade de Auditoria Interna	1h/16h	<p>Lei nº 8112/1990 e demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAPE</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.01 – Movimentação									
06.01.03 – Licenças e Afastamentos	<p>- Risco de irregularidade na formalização dos processos, ocasionando autorizações e pagamentos indevidos a servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos e de má utilização de recursos humanos e públicos, quanto aos procedimentos dos atos de licenças e afastamentos realizados na Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Confirmar a legitimidade dos processos de licenças e afastamentos ocorridos na Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade das licenças e afastamentos concedidos, avaliando a formalização de 10% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.	06/06	13/06	Unidade de Auditoria Interna	1h/48h	<p>Lei nº 8112/1990</p> <p>Lei nº 11907/2009</p> <p>Lei nº 9527/1997</p> <p>Decretos nº 5707/2006, 2349/1997, 1387/1995, 94664/1987 e 91800/1985</p> <p>Portaria nº 475/1987</p> <p>Portaria MEC nº 404/2009</p> <p>Portaria CEFET nº 720/2008</p> <p>Medida Provisória nº 2174-28/2001</p> <p>Medida Provisória nº 2225-45/2001</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.01 – Movimentação									
06.01.04 – Movimentação entre Órgãos/ Entidades	<p>- Riscos de irregularidade na formalização dos processos, ocasionando autorizações indevidas.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos quanto aos procedimentos dos atos de redistribuição e cessão realizados na Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Examinar se as cessões e redistribuições de pessoal entre órgãos/entidades foram efetivadas de acordo com a legislação pertinente. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade das redistribuições e cessões de servidores ocorridas no CEFET/RJ, avaliando a formalização de 10% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.	16/06	17/06	Unidade de Auditoria Interna	1h/16h	<p>Lei nº 8112/1990 e demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAPE</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.01 – Movimentação (Ação Orçamentária: 2031 2994)									
06.01.05 – Bolsas e Auxílios a Estudantes	<p>- Riscos de irregularidades na execução dos programas de bolsas e auxílios a estudantes, ocasionando contratações e pagamentos indevidos.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos e de má utilização dos recursos humanos e públicos, quanto aos procedimentos de contratações de bolsistas na Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Certificar se as concessões de bolsas e auxílios a estudantes da Instituição foram efetivadas de acordo com as cláusulas e os procedimentos para a seleção.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade da formalização e dos instrumentais de controle, pertinente ao período de janeiro a junho/2014, de 10% das concessões do Programa de Auxílio ao Estudante com Necessidade Específica – PAENE e do Programa de Auxílio Emergencial – PAEm.	01/08	07/08	Unidade de Auditoria Interna	1h/40h	<p>Portaria CEFET/RJ nº 187/2012</p> <p>Edital do Processo Seletivo Programas de Assistência Estudantil 2014</p> <p>E demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAFI</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.02 – Remuneração, Benefícios e Vantagens (Ação Orçamentária: 2109 20TP)									
06.02.01 – Vencimentos e Remuneração	<p>- Riscos de irregularidade na formalização dos processos, ocasionando pagamentos indevidos a servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz dos recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de pagamentos aos servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a observância da legislação no pagamento de pessoal quanto à legalidade das progressões funcionais dos servidores da Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade das avaliações de desempenho para fins de progressão funcional dos servidores docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do CEFET/RJ, avaliando a formalização de 10% dos processos pertinentes ao período de janeiro a abril de 2014.	18/06	30/06	Unidade de Auditoria Interna	1h/64h	<p>Resolução Conselho Diretor CEFET nº 24/2010</p> <p>Regulamento da Avaliação de Desempenho para fins de Progressão Funcional dos Docentes do CEFET (RADI Regulamento CEPE)</p> <p>Lei nº 8112/1990</p> <p>Lei nº 11.344/2006</p> <p>Lei nº 11.784/2008</p> <p>Lei n 12702/2012</p> <p>E demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAPE</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.02 – Remuneração, Benefícios e Vantagens (Ação Orçamentária: 2109 20TP)									
06.02.02 – Controle de Férias	<p>- Riscos de irregularidade na programação de férias, ocasionando pagamentos indevidos a servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz dos recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de concessões de férias aos servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Identificar o cumprimento das determinações legais na concessão e pagamento de férias aos servidores da Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade das férias dos servidores do CEFET/RJ, avaliando os recursos pagos de 15 concessões ocorridas nos meses de março a abril/2014.	01/07	02/07	Unidade de Auditoria Interna	1h/16h	<p>Lei nº 8112/1990</p> <p>Orientação Normativa SRH nº 2/2011</p> <p>SIAPE</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.02 – Remuneração, Benefícios e Vantagens (Ação Orçamentária: 2109 20TP)									
06.02.03 – Gratificações	<p>- Riscos de irregularidade no processo de substituição de direção/chefia, ocasionando pagamentos indevidos de gratificações a servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz dos recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de pagamentos das gratificações aos servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente e.	<p>- Verificar se a gratificação paga a substituto, pelo exercício do cargo/função de direção/chefia, aconteceu apenas nos casos de afastamentos ou impedimentos legais do titular, e na proporção dos dias de efetiva substituição.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade de 5% dos pagamentos de gratificações concedidos a servidores substitutos de função de direção/chefia do quadro do CEFET/RJ, ocorridos no mês de abril de 2014.	03/07	07/07	Unidade de Auditoria Interna	1h/24h	<p>Lei nº 8112/1990 e demais legislações pertinentes ao assunto.</p> <p>SIAPE</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.02 – Remuneração, Benefícios e Vantagens (Ação Orçamentária: 2109 20TP)									
06.02.04 – Adicionais	<p>- Riscos de irregularidade nas concessões de adicionais, ocasionando pagamentos indevidos a servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz dos recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de pagamentos dos adicionais aos servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Identificar o cumprimento das determinações legais no pagamento de adicionais de periculosidade e insalubridade. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade de 10% dos pagamentos de adicionais de periculosidade e insalubridade concedidos a servidores do CEFET/RJ, ocorridos no período de janeiro a abril de 2014.	08/07	10/07	Unidade de Auditoria Interna	1h/24h	<p>Lei nº 8112/1990</p> <p>Decreto nº 97458/1989</p> <p>Orientação Normativa SRH/MPOG nº 02/2010</p> <p>SIAPE</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.02 – Remuneração, Benefícios e Vantagens (Ação Orçamentária: 2109 212B)									
06.02.05 – Benefícios Assistenciais e Pecuniários	<p>- Riscos de irregularidade nas concessões de benefícios assistenciais, ocasionando pagamentos indevidos a servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz dos recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de pagamentos dos benefícios aos servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a legalidade do pagamento do auxílio-transporte, verificando a atualização das informações prestadas pelos servidores, para uso fruto do benefício. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade de 15 concessões de auxílios transporte pagos a servidores do CEFET/RJ no mês de abril/2014, com valores acima de R\$ 500,00.	11/07	16/07	Departamento de Recursos Humanos e Unidade de Auditoria Interna	1h/32h	<p>Lei nº 8112/1990</p> <p>Decreto nº 2880/1998</p> <p>Medida Provisória nº 2165-36/2001</p> <p>Orientação Normativa SRH/MP nº 4/2011</p> <p>SIAPE</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.03 – Seguridade Social (Ação Orçamentária: 0089 0181)									
06.03.01 – Aposentadorias	<p>- Riscos de irregularidade na formalização dos processos e não cadastramento dos atos no SISAC, ocasionando aposentadorias indevidas e sanções dos órgãos de controle.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de concessões de aposentadoria aos servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a legalidade dos processos de concessão de aposentadorias na Instituição.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade de 30% dos processos de aposentadorias formalizados no período de janeiro a maio de 2014, avaliando se houve o cumprimento do prazo para registro no SISAC dos atos.	17/07	22/07	Unidade de Auditoria Interna	1h/32h	<p>Lei nº 8112/1990</p> <p>CF/1988</p> <p>EC nº 41/2003</p> <p>EC nº 47/2005</p> <p>IN TCU nº 55/2007</p> <p>IN TCU nº 64/2010</p> <p>SIAPE</p> <p>SISAC</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.03 – Seguridade Social (Ação Orçamentária: 0089 0181)									
06.03.02 – Pensão	<p>- Riscos de irregularidade na formalização dos processos e não cadastramento dos atos no SISAC, ocasionando pagamentos indevidos de pensão e sanções dos órgãos de controle.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de concessões de pensão aos beneficiários de servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Confirmar a legalidade dos processos de concessão de pensões na Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade de 30% dos processos de pensão formalizados no período de janeiro a maio de 2014, avaliando se houve o cumprimento do prazo para registro no SISAC dos atos.	23/07	28/07	Unidade de Auditoria Interna	1h/32h	<p>Lei nº 8112/1990</p> <p>CF/1988</p> <p>Lei nº 10.887/2004</p> <p>EC nº 20/1998</p> <p>EC nº 41/2003</p> <p>EC nº 47/2005</p> <p>IN TCU nº 55/2007</p> <p>IN TCU nº 64/2010</p> <p>SIAPE</p> <p>SISAC</p>

06 – Gestão de Recursos Humanos

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
06.03 – Seguridade Social (Ação Orçamentária: 2031 20RL e 2109 212B)									
06.03.03 – Auxílios e Licenças Securitários	<p>- Riscos de irregularidade na formalização dos processos, ocasionando pagamentos indevidos a servidores.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos humanos e públicos quanto aos procedimentos de concessões de auxílios e licenças securitários aos servidores da Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Confirmar a legalidade na concessão de benefícios securitários na Instituição, classificados como auxílios e licenças. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos humanos.</p>	- Verificação da regularidade de 30% dos processos de auxílios e licenças securitários formalizados no período de janeiro a maio de 2014.	29/07	31/07	Unidade de Auditoria Interna	1h/24h	Lei nº 8112/1990 SIAPE

07 – Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
07.01 – Processos Licitatórios (Ação Orçamentária: 2031 20RL / 2109 2004 / 2109 4572)									
07.01.01 – Formalização Legal	<p>- Riscos de irregularidade nos processos licitatórios, ocasionando compras e contratações de obras e serviços indevidas e má aplicação dos recursos públicos.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos públicos quanto aos procedimentos de compras e contratações de obras e serviços realizados na Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a observância das exigências legais para composição dos processos licitatórios ocorridos na Instituição.</p> <p>As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos públicos.</p>	<p>- Verificação da regularidade na formalização de 20% dos processos licitatórios, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a junho de 2014, avaliando seguintes elementos:</p> <p>a) sobre a totalidade das contratações feitas pelo CEFET/RJ: quantidade de processos licitatórios realizados e os montantes contratados no exercício pela UJ, considerando diversas modalidades; e</p>	11/09	30/09	Unidade de Auditoria Interna	1h/112h	<p>Lei nº 8666/1993 e demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAFI</p>

				estrutura de controles da UJ com vista a garantir a regularidade das contratações; b) sobre os processos da amostra: identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UJ no exercício.					
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

07 – Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
07.02 – Contratos de Obras, Compras e Serviços (Ação Orçamentária: 2031 20RL / 2109 2004 / 2109 4572)									
07.02.01 – Formalização Legal	<p>- Risco de descumprimento aos termos dos contratos e de deficiência nos controles internos aplicáveis à fiscalização interna da execução.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ no sentido evitar uma gestão ineficaz de recursos públicos quanto aos procedimentos de compras e contratações de obras e serviços realizados na Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a observância das exigências legais para composição dos contratos firmados com a Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento do estabelecido nos termos dos contratos e regular fiscalização da execução do objeto.</p>	<p>- Verificação da regularidade na formalização de 5% dos contratos de obras, compras e serviços, com maiores volumes de recursos, celebrados no período de janeiro a junho de 2014, avaliando a execução do objeto contratado.</p>	01/09	10/09	Unidade de Auditoria Interna	1h/64h	<p>Lei nº 8666/1993 e demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAFI</p>

07 – Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
07.03 – Gerenciamento de Estoque (Ação Orçamentária: 2031 20RL / 2109 2004 / 2109 4572)									
07.03.01 – Compras sem Processo Licitação	<p>- Riscos de irregularidade nos processos de compras sem licitação, ocasionando aquisições indevidas de produtos e serviços, sem a devida justificativa, com fracionamento de despesas e má aplicação dos recursos públicos.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ, no sentido de evitar uma gestão ineficaz de recursos públicos quanto aos procedimentos de compras e contratações de serviços sem licitação realizados na Instituição.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Identificar a ocorrência de aquisições de materiais, sem processo licitatório, examinando suas motivações e justificativas. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento da legislação vigente, evitando impropriedades que possam ocasionar uma má gestão de recursos públicos.</p>	<p>- Verificação da regularidade de 20% dos processos de despesas executadas nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a maio de 2014, avaliando os seguintes elementos:</p> <p>a) sobre a totalidade das contratações feitas pelo CEFET/RJ: quantidade de processos de dispensa e inexigibilidade realizados e os montantes</p>	08/08	25/08	Unidade de Auditoria Interna	1h/96h	<p>Lei nº 8666/1993 e demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SIAFI</p>

				contratados no exercício pela UJ. b) sobre os processos da amostra: identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; fundamentação da dispensa ou inexigibilidade, conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UJ no exercício.					
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

07 – Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
07.04 – Convênios de Obras e Serviços									
07.04.01 – Formalização Legal	<p>- Risco de descumprimento aos termos dos convênios e de deficiência nos controles internos aplicáveis à fiscalização interna da execução.</p> <p>- Sendo relevante para o CEFET/RJ visando à prevenção de falhas na execução do objeto e fiscalização dos recursos oriundos de convênios.</p>	Interna, com base nos trabalhos de auditoria realizados anteriormente.	<p>- Comprovar a observância das exigências legais para composição dos convênios firmados com a Instituição. As vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser mitigadas com a regularidade nos controles internos e nos registros, visando propor, caso necessário, ações preventivas e corretivas.</p> <p>- Se espera o cumprimento do estabelecido nos termos dos convênios e regular fiscalização da execução do objeto.</p>	- Verificação da regularidade na formalização de 10% dos convênios de obras e serviços, com maiores volumes de recursos, celebrados no período de janeiro a agosto de 2014, avaliando a execução do objeto conveniado.	10/11	14/11	Unidade de Auditoria Interna	1h/40h	<p>Lei Orçamentária Anual</p> <p>Lei 8666/1993</p> <p>Decretos nºs 6170/2007, 6428/2008, 6619/2008, 7568/2011 e 7641/2011</p> <p>Portaria Interministerial nº 507/2011</p> <p>e demais legislações pertinentes ao assunto</p> <p>SICONV</p> <p>SIAFI</p>

08 – Reserva Técnica

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
08.01 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT									
08.01.01 – Elaboração do PAINT para o exercício de 2015	- A ausência do PAINT pode ter como consequência falta de direcionamento na organização e execução dos trabalhos de auditoria interna. - Sendo sua elaboração relevante para o CEFET/RJ visando evitar o descumprimento dos normativos dos Órgãos de Controle.	IN SFC nº 01/2001 e Interna com base no Estatuto do CEFET/RJ	- Elaborar o plano de atividades de auditoria interna a ser executado no exercício de 2015, e apresentar ao Conselho Diretor e ao Órgão de Controle Interno. As vulnerabilidades, que porventura possam ocorrer na elaboração do PAINT, poderão ser mitigadas com a adoção de planejamento com base nas atividades já realizadas anteriormente. - Se espera a apresentação do PAINT, de acordo com o preceituado na IN/SFC nº 07, de 29/12/2006 e IN/SFC nº 01, de 03/01/2007.	- Analisar as metas, planos, objetivos, programas e políticas da Instituição, bem como os resultados obtidos nos exercícios anteriores e traçar o plano de trabalho de auditoria para o exercício de 2015.	01/10	14/10	Unidade de Auditoria Interna	1h/80h	Instruções Normativas SFC nºs 07/2006, 09/2007 e 01/2007.

08 – Reserva Técnica

Ação	Avaliação do Risco Inerente / Relevância	Origem da Demanda	Objetivos / Resultados Esperados	Escopo	Cronograma		Local	Recursos Humanos	
					Início	Término		HH	Conhecimentos
08.02 – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT									
08.02.01 – Elaboração do RAINT do exercício de 2014	- A não elaboração do RAINT prejudica a avaliação dos trabalhos realizados e o planejamento dos trabalhos para o exercício subsequente, além de configurar descumprimento legal. - Sendo sua elaboração relevante para o CEFET/RJ, pois poderá subsidiar na melhoria da gestão, propondo formas eficazes e eficientes para execução dos trabalhos, além de cumprir com as normas vigentes.	IN SFC nº 01/2001 e Interna com base no Estatuto do CEFET/RJ	- Relatar as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna em 2014, confrontando com o planejado no PAINT, de modo a buscar o aperfeiçoamento das atividades de auditoria. As vulnerabilidades, que porventura possam ocorrer na elaboração do RAINT, poderão ser mitigadas com a adoção de mecanismo de monitoramento e registros das atividades desenvolvidas no decorrer do exercício. - Se espera a apresentação do RAINT de acordo com o preceituado na IN/SFC nº 07, de 29/12/2006 e IN/SFC nº 01, de 03/01/2007.	- Relato sobre as atividades de auditoria interna, em função das ações planejadas no PAINT/2014, bem como das ações críticas ou não planejadas, mas que exigiram atuação da auditoria interna.	01/12	30/12	Unidade de Auditoria Interna	1h/104h	Instruções Normativas SFC nºs 07/2006 e 01/2007.